



DIREITO À CIDADE: UMA VISÃO POR GÊNERO



DIREITO  
À  
CIDADE:  
UMA VISÃO  
POR GÊNERO



**Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU**

Diretoria Executiva | Gestão 2016-2017

Presidente: Daniela Campos Libório

Vice-Presidente: Betânia de Moraes Alfonsin

Tesoureira: Vanessa Koetz

Diretora Administrativa: Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

Diretor Administrativo: Alex Ferreira Magalhães

Secretário Executivo: Henrique Botelho Frota

**Organização e edição:**

Vanessa Koetz

Helena Duarte Marques

Jessica Tavares Cerqueira

**Projeto Gráfico e diagramação:**

Mariana Boaventura

**Fotos:**

Samara Takashiro

**Apoio: Fundação Ford - Brasil**

IN59 Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU  
Direito à Cidade: uma visão por gênero - São Paulo: IBDU, 2017.

126 p.  
ISBN 978-85-68957-05-9

1. Direito à Cidade 2. Gênero 3. Diversidade 4. Sociedade 5. Brasil I. Título II.  
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico III. Fundação Ford Brasil

CDD 349 + 305  
CDU 305-055.2



Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional - CC BY-NC-SA

[www.ibdu.org.br](http://www.ibdu.org.br)

## Apresentação

A criação do Dia Internacional de Luta das Mulheres tem sua origem no início do século XX, em um contexto em que o movimento pelo sufrágio universal era muito intenso, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

Nos Estados Unidos, o Partido Socialista já comemorava o Dia Internacional da Mulher, no último domingo de fevereiro, desde 1909; mas foi a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas – realizada em 1910, em Copenhague (Suíça) – que aprovou a celebração de um dia internacional das mulheres trabalhadoras, a partir da proposta da líder do movimento internacional feminista Clara Zetkin.

Alguns anos mais tarde, a Revolução Russa de 1917 consagrou, definitivamente, o Dia Internacional da Mulher na data de 8 de março. Isto, porque, o dia 8 de março de 1917 (23 de fevereiro, segundo o antigo calendário russo) tornou-se memorável na história. Nesta data, as mulheres russas marcharam por “pão, paz e terra”. Foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917, que antecedeu a Revolução de Outubro no mesmo ano e que mudou para o sempre o curso do desenvolvimento da História no mundo.

Por reconhecer e valorizar o histórico de luta das mulheres, o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico mobilizou esforços para contribuir com o tema, trazendo elementos para a reflexão do direito à cidade a partir do recorte de gênero feminino.

“Direito à Cidade: uma visão por gênero” é uma publicação que se diferencia das demais do Instituto. Ela reúne diversas vozes ativistas, com diferentes vivências e trajetórias que participam da luta pelos direitos das mulheres. As autoras convidadas são mulheres que ajudaram a construir o IBDU ao longo dos anos, como integrantes da diretoria, colaboradoras da equipe técnica, associadas e parceiras. À medida que a publicação foi ganhando corpo, a rede foi expandindo-se e agregando novas colegas para este feito.

Nesse sentido, agradecemos imensamente a cada uma dessas mulheres que compartilharam aqui suas palavras, levando-nos a reflexões e resistências.

O Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico deseja que este material auxilie na luta por cidades mais justas, inclusivas e democráticas. A pretensão é que esta publicação seja a primeira de várias que se propõem a refletir sobre o Direito à Cidade nos mais diversos enfoques, como juventude, questão étnico-racial, dos direitos LGBT's, etc. Acreditamos que, apenas, com a percepção do todo e de suas especificidades poderemos avançar na construção de cidades para todas e todos.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI Lígia Maria Silva Melo de Casimiro .....	7
2. Águas de 8 de março de 2017, feministas e femininas Patrícia de Menezes Cardoso.....	12
3. Mulher e o Município de São Paulo: digressões sobre as políticas públicas municipais Daniela Campos Libório.....	24
4. Algumas Reflexões sobre as Políticas de Atendimento à Infância da Cidade de São Paulo Ana Maria A. Mello.....	30
5. O papel das mulheres na luta pelo direito à moradia Luiza Lins Veloso.....	36
6. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados Valéria Pinheiro.....	41
7. O papel histórico das mulheres nas lutas territoriais Irene maestro.....	47
8. O lugar das mulheres nas ruas e praças suspensas nas favelas brasileiras. Danielle Cavalcanti Klintonowicz.....	56
9. Do lar às ruas: pixo, política e mulheres. Dayse Porto; Luana Xavier Pinto Coelho; Maria Eugenia Trombini; Rafaela Pontes de Lima.....	62
10. Nas ruas e nas praças! Vanessa Koetz.....	72
11. Cidade, serás feminista! Sabrina Duringon Marques.....	78
12. Sobre cidade, não-lugar e sexualidade das mulheres Mariana M. Marcondes.....	88
13. Direitos sexuais e reprodutivos: uma construção constante Fátima Duarte.....	94
14. A luta das mulheres nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias. Helena Duarte Marques.....	101
15. Mulheres de bicicleta em São Paulo: da “cidade imoral” para a “cidade conquistada” Leticia Lindenberg Lemos; Marina Kohler Harkot; Paula Freire Santoro; .....	107
16. Mulheres que atravessam a cidade Jéssica Tavares Cerqueira.....	116
17. Fotos Samara Takashiro.....	124

**Lígia Maria Silva Melo de Casimiro - Mulher, mãe, companheira, advogada, mestra pela PUC-SP, doutoranda pela PUC-PR, professora do Centro Universitário Christus, diretora do IBDU e presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo.**

também que apenas 13 dos 149 casos especializados tem algum apoio de movimento social ou associação comunitária, o que pode significar uma baixa articulação das ocupações em Fortaleza. (informações extraídas do relatório elaborado pela equipe do LEHAB em dezembro de 2016)

Infelizmente, os dados levantados pelo LEHAB-UFC não revelam. Os dados da Prefeitura também não. A abordagem da imprensa não revela. Mas a dimensão de gênero não poderia estar mais presente do que quando falamos de remoções/despejos.

As mulheres diferem dos homens no seu acesso e controle sobre os recursos produtivos – terra, capital, trabalho, tecnologia – necessários à produção da habitação. Ser vítima de uma remoção forçada espelha o conjunto dessa desigualdade que estrutura a sociedade e organiza a cidade, determinando que espaços cada um pode ocupar. A experiência do despejo coloca sobre as mulheres uma sobrecarga de preocupação, responsabilidade e problemas que, somados aos pesos já relatados do cotidiano da vida urbana, parece insuperável. Isso ocorre por causa da desigualdade histórica entre homens e mulheres e isso limita suas possibilidades de superação dos problemas.

Ao pensar nas resistências, também são as figuras femininas que as protagonizam. Quem coloca o seu corpo inteiro na luta é a mulher. Na disputa pela manutenção da família, no cuidado com os filhos, na demanda por políticas públicas, nas barricadas, nas longas e cansativas reuniões com poder público, com o movimento...

Mas nas instâncias de representação, ainda persiste a maioria masculina. Nos espaços de poder e de visibilidade, o homem surge e domina. Por isso mesmo a pouca ou nenhuma expressão das dimensões das políticas urbanas a partir das mulheres, pauta que não se debate e muito menos se concretiza.

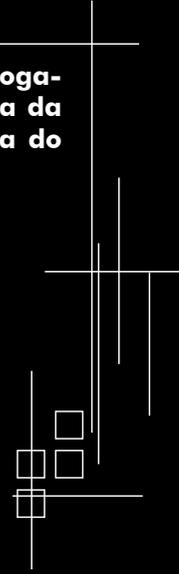
Assinalamos então o desafio de assegurar às mulheres visibilidade histórica, força política e condições materiais, afirmando-as como sujeitos sociais coletivos da luta pelo direito à cidade e encarando a questão da divisão do poder e, necessariamente, dos privilégios que os homens têm com a conservação dessa estrutura.

Para tanto o enfrentamento deve se dar na esfera da formação, da participação política efetiva e da incidência real em políticas públicas. A preferência da titularidade feminina nos processos de regularização fundiária e/ou de habitação de interesse social é um exemplo de vitória do movimento urbano que avança no sentido da proteção da mulher. Mas é muito pouco diante das enormes desigualdades.

Que procuremos desenvolver o olhar para as políticas urbanas sob a perspectiva de gênero nos espaços em que participamos, seja na Universidade, nos movimentos, nas redes e fóruns.



**Irene Maestro - Militante do movimento Luta Popular, advogada, mestre em Direito Político e Econômico e pesquisadora da UFABC no estudo da demanda de regularização fundiária do Programa Papel Passado junto ao Ministério das Cidades.**





## O PAPEL HISTÓRICO DAS MULHERES NAS LUTAS TERRITORIAIS

Irene Maestro

A história que forja a constituição do povo pobre e trabalhador de nosso país é travada pela opressão e o genocídio sobre os povos tradicionais que aqui estavam antes do “descobrimento”, pela escravização da população negra trazida da África e pelo estupro que nos “miscigenou” ao brancos colonizadores. Esses elementos se perpetuam até os dias de hoje sob novas formas - não tão modificadas<sup>1</sup> - e marcam a construção e a diversidade das formas de resistência que aqui ocorrem por meio da disputa pelo território.

Os números ostentados pelo Brasil são de país em situação de guerra declarada<sup>2</sup> e genocídio<sup>3</sup>, segundo a própria ONU. Nesse sentido, podemos dizer que existe propriamente uma guerra “velada”: a guerra entre as classes sociais. Há mais de 500 anos diversas lutas se desenvolvem frente à espoliação e ao subjuço que o desenvolvimento do capitalismo impõe sobre nossas vidas. Alguns grandes pilares da reprodução do capital caracterizam a nossa formação enquanto sociedade, tais como o latifúndio, a especulação imobiliária e o rentismo, a polícia como braço armado de repressão e “contenção”, entrelaçados com o racismo e o patriarcado. O enfrentamento a essas formas sociais foram e seguem sendo única saída para buscar uma vida mais digna por parte dos setores mais superexplorados, criminalizados, precarizados.

Nos últimos anos vimos se desenvolverem políticas calcadas na perspectiva de construir uma conciliação e estabilidade sociais. Mas esta tentativa de harmonizar opostos inconciliáveis do que chamamos de “luta de classes” não pôde – nem poderia – ser capaz de transformar estruturalmente a sociedade brasileira, e por isso mesmo, os problemas seguem se reproduzindo<sup>4</sup>. Se a situação já vinha piorando, agora, com a crise econômica que vivemos e que se intensifica, podemos dizer que a situação das trabalhadoras e trabalhadores vai piorar e os conflitos sociais irão se acirrar.

Contudo, se é certo que não é de hoje que cotidianamente os oprimidos lutam contra

esse sistema que mercantiliza suas vidas, também é certo que, anterior à luta sindical mais “tradicional” entre a “esquerda”, existe a luta relacionada com a organização no território, marcada pelo protagonismo das mulheres não brancas. Dos quilombos aos levantes e retomadas indígenas, passando pelas ocupações de terra no campo e na cidade, até às mães que lutam por justiça por terem a vida de seus filhos ceifadas pela polícia, podemos afirmar que as mulheres cumprem um papel fundamental nos territórios onde estão inseridas e que ajudam a organizar e mover, para que elas, seus filhos e sua comunidade possam ter melhores condições de vida.

Trata-se da existência de experiências radicais, forjadas “de baixo”, baseadas na luta direta e na independência frente à classe dominante e aos governos que a sustentam. Podemos ver isso nas retomadas dos territórios originários pelos Guarani Kaiowá, que se organizam por meio da Aty Guasu (Grande Conselho), que possui uma Aty Cunhangue (que significa algo como “mulherada”), onde as decisões últimas são tomadas a partir da voz das mulheres. Também vemos isso nas revoltas que eclodem nas periferias das grandes metrópoles na luta contra os assassinatos cometidos pela polícia com as mulheres à frente das manifestações que estamos vendo ferver há décadas, cada vez mais nos morros e favelas. Admiramos-nos com a força e a irreverência das estudantes ocupando as escolas e se destacando no movimento secundarista da periferia pelo discurso contra o machismo, reivindicando e provando seu papel nessas mobilizações. Ainda, vemos isso cotidianamente nas ocupações urbanas, para as quais a população pobre das cidades, com seus míseros salários, são empurrados como alternativa para sobreviver, e onde existe notadamente um forte predomínio das mulheres. E são extremamente significativas as cidades auto-organizadas no México, como Cheran, onde as mulheres expulsaram policiais, políticos e traficantes<sup>5</sup>.

Se as mulheres são duplamente oprimidas pela exploração do trabalho e pelo machismo (inclusive entre seus pares), também transformam com mais ímpeto sua dor em luta por outro futuro. Na conjuntura política e econômica atual é inegável a visibilidade que as mulheres têm conquistado – vide, recentemente, a maior marcha da história dos Estados Unidos, com quase 3 milhões de pessoas, organizada pelas mulheres, bem como as manifestações na Argentina por “Ni una a menos”, e também as manifestações de mulheres no Brasil no último período, bem como ascenso do movimento negro com uma retomada da afirmação da identidade e cultura negras “crespas” e “Black power”, com caráter profundamente político.

Acreditamos que as mulheres terão ainda mais um papel fundamental para contribuir com a canalização da insatisfação (e ódio) que existe entre aquelas e aqueles que são mais atacados e “espremidos” por esse sistema, bem como contribuir com a unidade necessária “entre os de baixo” para que erigir a força que poderá “derrubar os de cima”. Ou seja, acreditamos que as mulheres têm um papel fundamental para reconstituir o tecido que constitui a classe trabalhadora, que o machismo e o capitalismo tratam de dividir.

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37643745>

<sup>1</sup> A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. 56 mil pessoas são assassinadas anualmente. Mais da metade são jovens e, destes, 77% são negros e 93% do sexo masculino (Fonte: Mapa da Violência 2016). Destaque-se o aumento da violência contra mulheres negras, cujos homicídios aumentaram em 54% nos últimos 10 anos (Mapa da Violência 2015). Entre 2003 e 2015, 742 índios foram assassinados, média de 57 por ano (Fonte: plataforma CACI - Cartografia de Ataques contra Indígenas). A cada dia, pelo menos 9 pessoas foram mortas por policiais no Brasil em 2015 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública). O Brasil hoje é o terceiro ou quarto país que mais encarcera no mundo (CNU).

<sup>2</sup> Segundo cálculo comparativo feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública com países como Iraque e Síria, e segundo os dados analisados a partir do Mapa da Violência pelo Instituto Gledés que afirma que os fatos vivenciados no Brasil se encaixam nas previsões da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

<sup>3</sup> Relatório para a ONU sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, 2016.

<sup>4</sup> Note-se que os dados apresentados, relativos aos assassinatos de indígenas e da população preta, bem como do encarceramento, são todos de 2003 em diante, e todos apresentaram um aumento/piora.





Lúcia, moradora da Ocupação Esperança no 8 de março de 2016

A Ocupação Esperança, localizada na região metropolitana de São Paulo, é um pequeno embrião dessas experiências que buscam, a partir da luta feminista, unificar os moradores e moradoras da ocupação para fortalecer as lutas pela moradia e, mais que disso, por uma radical transformação social.

Em agosto de 2013, quinhentas famílias organizadas pelo movimento Luta Popular<sup>6</sup> ocuparam um terreno abandonado há mais de 30 anos para dar início à luta por uma moradia, numa das regiões mais pobres da cidade de Osasco. Como ocorre na maioria das ocupações por terra, a presença de mulheres é majoritária. Isso acontece possivelmente pelo fato de que, na sociedade machista em que vivemos, existe uma construção social que determina às mulheres o papel de prover a reprodução da vida, sendo responsáveis pelos trabalhos domésticos e cuidados com a família. Nesse sentido, não é de se espantar que as mulheres assumam com força a luta por moradia, visto que o “lar” é o espaço para o qual são consideradas elemento fundante. Além disso, outros elementos reforçam a presença massiva de mulheres em ocupações. A divisão sexual do trabalho somada às condições sociais fazem com que, muitas vezes, as mulheres com menor qualificação profissional e acesso à educação, tenham mais dificuldade de acessar o mercado de trabalho – ocupado massivamente por seus esposos e filhos de forma precária desde muito jovens – e assumam o papel de “donas de casa”, enquanto seus maridos trabalham fora. Além disso, os menores salários, a “solidão da mulher negra” e a condição de “mãe sol-

<sup>6</sup> <https://www.facebook.com/lutapopular/>

teira”, que tem que se virar para obter alguma renda e criar seus filhos, levam muitas mulheres a engrossarem os batalhões de “sem teto” e “sem terra” de ocupações, como alternativa para sua sobrevivência.

Fato é que as mulheres são inegáveis sustentáculos das ocupações. Seja na manutenção do seu dia-a-dia, quando moradores e moradoras saem para trabalhar, seja na disposição de enfrentamento no processo de luta por uma política habitacional à frente das passeatas e na mobilização da comunidade, as mulheres organizam as ocupações, são ativas nos seus mutirões, cozinhas coletivas, atividades e cuidado com as crianças (não apenas suas, mas também das que trabalham e precisam da solidariedade das demais – fato que tem um notável papel político na ausência de políticas públicas que garantam creche), e dinâmicas de autoconstrução e manutenção cotidiana. Na Ocupação Esperança não foi diferente.

Contudo, diante do reconhecimento dessa realidade de fato e na busca por enfrentar tanto as contradições dos papéis socialmente impostos pelo sexismo, quanto os obstáculos vividos para que as mulheres possam romper barreiras para seu desenvolvimento pessoal e político, o movimento Luta Popular deu início a um trabalho com as “mulheres da esperança”. Nosso objetivo era fortalecer as mulheres para fortalecer a luta da ocupação de conjunto, de modo fazer da Esperança um polo de resistência no território, cuja concepção de auto organização e combatividade pudessem ser “espelho” para outros bairros e comunidades, e assim, fortalecer a luta popular nas periferias.

A concepção de organização do espaço e da luta foi sendo construída coletivamente e se baseia: na organização de base, acreditando na força do povo unido; na autonomia e independência, sem “rabo preso” com quem possa ter “interesses outros” na nossa luta; na democracia interna, com a tomada de decisões em assembleias onde todos tem voz e voto, antecedida de debates nos “setores” da ocupação para uma apropriação real dos temas; na perspectiva de desconstrução da separação entre trabalho manual e intelectual (“quem faz decide, e quem decide faz”); na luta direta como mecanismo para pressionar por avanços nas demandas concretas; e, por fim, no combate a toda forma de opressão entre nós, tais como o machismo, o racismo, a homofobia e outras formas de preconceito.

Para que isso pudesse se tornar realidade passamos a nos organizar por meio das reuniões das “mulheres da esperança”, onde buscamos compreender juntas o que é o machismo, como ele se reforça com o racismo, as regras de beleza “branca e lisa”, a violência contra a mulher, as dificuldades no mercado de trabalho e a “libertação” da patroa à custa da liberdade da mulher negra e pobre, a sobrecarga das tarefas domésticas, as políticas públicas que nos são negadas, o genocídio da polícia, etc.

O fortalecimento da autoestima, a solidariedade e apoio entre as mulheres e a identificação das dificuldades à combater fez com que avançássemos para construir esse debate junto aos homens, na medida em que queremos que os homens também compreendam como o machismo prejudica o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Juntos, percebemos que precisamos da nossa união para transformar as coisas e que o “direito” que queremos “arrancar” é maior que o “direito à moradia”, mas é a possibilidade de organizarmos nossas próprias vidas, nossas comunidades, nossa sociedade inteira de outra forma. E isso só será possível com as mulheres.

só acontecerá se trazer consigo essas lutas que se organizam territorialmente (para além da também imprescindível luta no espaço de produção), nos espaços onde aquelas e aqueles que precisam dessa transformação radical reproduzem suas vidas.

Por isso, na Ocupação Esperança, lugar de mulher é na luta! Lado a lado com todos os seus companheiros. Por que as mulheres pobres, pretas, periféricas sempre trabalharam, sempre estiveram no “espaço público”, sempre tiveram a força que a sociedade lhes obrigou a ter para a labuta diária de existir. Por isso, o “debate de mulheres” desenvolvido se deu no sentido de unir e fortalecer “os de baixo”, combatendo o machismo que tornam a vida ainda mais dura para as mulheres e colocando essa responsabilidade também para os homens. Nesse sentido, reorganizamos as divisões de tarefas coletivas, com homens ajudando na cozinha e mulheres ajudando nas vigílias noturnas; a presença das mulheres na resolução de quaisquer tipos de conflitos passou a ser obrigatório; nossa forma de trato uns com os outros passou a ser discutida para que pudéssemos todos nos respeitar cada vez mais; e assim, as mulheres sentiram-se mais fortalecidas para expor suas posições e construir uma luta unitária “contra o sistema” e contra o machismo e o racismo.

Assim, o movimento foi construindo uma concepção de feminismo a partir “das de baixo”, bem expressa no manifesto do Abayomi Cabeleireiros (iniciativa surgida das “mulheres da esperança”), que diz: “Nosso feminismo é aquele que pisa o chão de barro, que sai de dentro das cozinhas dos barracos nas vielas das periferias, que se contrapõe ao peso do cartão do ponto da mulher que trabalha pra sobreviver, que sai da boca das mulheres que nunca foram consideradas ‘sexo frágil’ porque sempre suportaram a carga da exploração dos poderosos; que fala com aquelas que não se encaixam nos padrões de beleza que imperam e que sabem que ruim não é nosso cabelo, nem a cor da nossa pele, mas o racismo e o racismo que nos subjugam”.

Evidentemente essa experiência possui contradições, que são próprias de quem está inserido nesta sociedade e que só poderá se libertar delas sob outra forma de sociabilidade, mas podemos dizer que na Esperança o machismo é assumido como uma bandeira de luta, que perpassa constantemente as discussões sobre os rumos, ações e formas de atuação. Esse pequeno espaço de construção de poder popular é embrião do tipo de experiências que apostamos na “disputa pelo futuro”.

Hoje, após três anos e meio de luta e de um grave incêndio que destruiu quase metade dos barracos da ocupação<sup>8</sup>, a comunidade está construindo um bairro popular, cujo território é fruto das conquistas da luta. Está sendo reorganizado o espaço físico e sua “urbanização”, será construída uma creche e um centro cultural, e todas as famílias que perderam tudo já estão abrigadas com suas casas reconstruídas. Se nós – trabalhadoras e trabalhadores - organizamos uma comunidade, decidindo juntos cada rua, cada praça, cada viela, cada barracão coletivo, cada atividade, cada desafio do cotidiano, sem dinheiro nem “estruturas burocráticas”, apenas com nossos braços dados e o apoio daqueles que acreditam na nossa luta, porque não podemos organizar nossos bairros e até nossa sociedade inteira?

Muitas experiências como as da Ocupação Esperança existem. Muitas não conhecemos, muitas estão por vir. O território é uma dimensão estratégica da “luta de classes”, pois qualquer processo que queira revolucionar social e politicamente nossa sociedade

<sup>7</sup> Facebook: <https://www.facebook.com/abayomicabeleireiras>

<sup>8</sup> <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/incendio-atinge-favela-em-osasco-na-grande-sp.html>